

## CORREIO CARIOCA

Por Paula Vieira

Divulgação



Hotel, onde ficava o Marina Palace, está previsto para 2029

## Rede Four Seasons anuncia unidade no Rio de Janeiro

O imóvel onde funcionava o antigo Hotel Marina Palace, na Avenida Delfim Moreira, no Leblon, dará lugar à primeira unidade hoteleira da rede canadense Four Seasons na cidade, com previsão de inauguração em 2029. A gestora de investimentos Catuaí Asset, por meio de um FIP, concluiu a aquisição do imóvel. O investimento total está estimado em R\$ 600 milhões. O projeto prevê a renovação completa da fachada, modernização dos interiores e ampliação da estrutura existente. Todos os quartos terão vista para o mar, além de contar com um rooftop com piscina, spa, academia, bares e restaurantes. Durante o pico das obras, a expectativa é de gerar cerca de 200 empregos diretos.

## Retomada do setor hoteleiro

A aquisição ocorre em um momento de retomada consistente do setor hoteleiro no Rio. Dados de mercado, considerando a categoria de hotéis 5 estrelas, apontam crescimento de aproximadamente 20% na diária média e 10% na taxa de ocupação no acumulado do ano de 2025, comparado com o mesmo período do ano anterior. Ao longo do ano, número de turistas aumentou 11,8% na cidade, em relação aos dez primeiros meses do ano passado.

Octacílio Barbosa/Alerj



Deputado propõe ações para reduzir roubo de cargas

## Programa Estadual Carga Segura avança

O deputado Rosângelo Reis (MDB) pediu ao presidente em exercício da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj), Guilherme Delaroli (PL), que coloque em votação o projeto que cria o Programa Estadual Carga Segura. O PL 1188/2023 já recebeu parecer favorável de seis comissões e prevê ações de policiamento ostensivo, escolta de cargas e mapeamento de áreas com alto índice de roubos. "Precisamos agir com urgência para evitar perdas ainda maiores", afirmou o parlamentar Rosângelo Reis.

## Projeto combate roubo de cargas no RJ

Segundo estudo da Firjan, o Rio de Janeiro voltou a registrar aumento nos roubos de carga após seis anos de queda, com alta de quase 7% em 2024. Foram 3.438 ocorrências no ano, média de nove caminhões por dia e prejuízo de R\$ 325 milhões. O Programa Carga Segura permitirá convênios entre Estado e municípios e premiará agentes que participarem das operações.

## Doação de sangue

O Hospital Souza Aguiar realiza nesta quinta-feira (11), das 10h às 16h, campanha de doação de sangue na Sala Multiuso da OTICS, no segundo andar. Para doar, basta comparecer com documento oficial, ter entre 16 e 69 anos, estar bem de saúde e pesar mais de 50 kg. A unidade fica na Praça da República, 111. Centro.

## Legado Olímpico

A Prefeitura do Rio lançou o edital de concessão do Complexo de Arenas, que inclui a Arena Carioca 1, o Centro Olímpico de Tênis e o Velódromo, sede do Museu Rio Olímpico. O contrato prevê arrecadação e desonerações de R\$ 520,9 milhões em 20 anos. A entrega das propostas será em 3 de fevereiro de 2026.

## Jogos eletrônicos

A Prefeitura se prepara para lançar o Edital de Jogos Eletrônicos, com investimento de R\$ 1,5 milhão da RioFilme. A consulta pública ficará aberta de 16 de dezembro a 31 de janeiro de 2026. Os recursos serão destinados a protótipos, produção e distribuição de games desenvolvidos no município do Rio de Janeiro.

## Juventude carioca

Mais 400 jovens de favelas serão formados pelo Pacto pela Juventude. O prefeito Eduardo Paes participa da formatura nesta quinta (11). Os cursos da JUVRio, em parceria com a Unesco, duram seis meses e estimulam diagnósticos e soluções para desafios locais. Desde 2022, o programa já formou 2.590 jovens moradores de comunidades no Rio.

## Reparos de energia

A RioLuz mantém 14 equipes atuando nas comunidades e já fez mais de 6.350 atendimentos em 2025, entre troca de luminárias, reparos e manutenções. O modelo reduz o tempo de resposta e amplia a cobertura. Solicitações podem ser feitas pelo 1746, Subprefeituras e associações locais.

## Cinema gratuito

A Câmara do Rio aprovou o PL 959/2025, que cria sessões mensais de cinema infantil gratuito em equipamentos culturais da cidade. As exibições priorizam filmes nacionais, acessibilidade e áreas com pouca oferta cultural. O texto do vereador Leniel Borel segue para análise do prefeito Eduardo Paes (PSD).

Divulgação



Proposta é do vereador Leniel do Borel, pai no menino Henry

## Patrulha contra violência infantil no Rio

Iniciativa é inspirada em modelos com a Ronda Maria da Penha

Por Redação

Entrou em vigor nesta semana a Lei Complementar 294/2025, que cria a Ronda de Proteção à Infância (RPI) na cidade do Rio de Janeiro. A iniciativa, proposta pelo vereador Leniel Borel (PP) e sancionada pelo prefeito Eduardo Paes (PSD), foi publicada no Diário Oficial e institui um modelo inédito de policiamento ostensivo e comunitário voltado exclusivamente para crianças e adolescentes vítimas de violência.

Inspirada em modelos como a ronda Maria da Penha, a RPI se apresenta como a primeira norma municipal no país a estabelecer um programa permanente de proteção operacional à infância. Segundo o autor, a proposta busca acelerar a resposta estatal diante de denúncias e evitar tragédias que poderiam ser prevenidas com ação imediata.

"A infância não pode esperar por trâmites, ofícios ou burocracia. A Ronda vai funcionar como um primeiro socorro: identifica o risco, acolhe a vítima e age antes que a tragédia aconteça", afirmou Leniel Borel.

A nova ronda será implementada pela Guarda Municipal em equipes multidisciplinares, com guardas, psicólogos e assistentes sociais, com preferência por profissionais do sexo feminino nas escalas de atendimento. As equipes farão visitas domiciliares a crianças em situação de risco, acompanharão medidas protetivas e atuarão em articulação di-

reta com o Conselho Tutelar, os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), unidades de saúde e escolas. As viaturas terão identificação própria e o atendimento poderá ser acionado também pelo número 153.

A lei determina formação continuada baseada no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei Henry Borel e em protocolos de atendimento humanizado. O município poderá firmar parcerias com o Tribunal de Justiça e a Defensoria Pública para garantir assistência jurídica às vítimas e fortalecer a rede de proteção.

A sanção sai em um contexto alarmante: segundo o Atlas da Violência, o Rio liderou em 2023 o número de homicídios de crianças de 0 a 4 anos no país, com 24 mortes registradas, uma média que preocupa autoridades. A violência letal nessa faixa etária subiu significativamente no último ano.

Com a publicação da norma, cabe ao Executivo detalhar a estrutura, o cronograma e o orçamento para a operacionalização da RPI. O texto prevê ainda mecanismos de supervisão e avaliação, com relatórios periódicos sobre a atuação da Ronda e indicadores de proteção à infância a serem definidos pelo Executivo. A secretaria responsável terá de integrar a RPI às políticas de assistência, saúde e educação, fortalecendo fluxos de atendimento. O programa será implementado por etapas, com metas e cronograma público.